

Educação a Distância: Diretrizes e Contribuições para a Implantação

MARCHETI, Ana Paula do Carmo - apmarcheti@direcnet.com.br
EESC-USP, CEUCLAR
Rua Prudente de Moraes, 554
14015 100 Ribeirão Preto, SP

RESUMO

Muito se tem questionado sobre a modalidade de Educação a Distância como fator determinante para a socialização do saber e muito pouco se tem discutido sobre a forma de implantação dessa modalidade com qualidade, assim como as implicações pedagógicas e institucional que o modelo sugere.

A implantação requer avaliações cuidadosas sobre os objetivos educacionais envolvidos, assim como a diretrizes institucionais existentes.

O processo inicia-se a partir de uma compreensão das diferenças existentes no processo de ensino-aprendizagem entre as modalidades, o que pode originar reflexões valiosas e indicar diretrizes para a estruturação de um plano de implantação que esteja de acordo com as diretrizes curriculares do curso.

A implantação requer um conhecimento e esforço conjunto de instituição e professores assim como uma análise cuidadosa sobre os objetivos principais e secundários relacionados a formação dos alunos que participarão da iniciativa.

O presente artigo tem como objetivo esclarecer alguns dos procedimentos existentes para a implantação de um curso ou de parte de uma disciplina na modalidade a distância.

Palavra chave: Educação a Distância, Diretrizes Educacionais, Modalidade de Ensino.

1. INTRODUÇÃO

Em 1994, em Paris, realizou-se o terceiro encontro da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, coordenada por Jacques Delors e promovida pela UNESCO.

Desse encontro foram reiteradas as diretrizes para a educação que estão fundamentadas no documento intitulado “Quatro pilares da educação”.

Esse documento baseia-se na perspectiva de que a tecnologia fornecerá meio diferenciado para a circulação e armazenamento das informações e para a comunicação e o processo de educacional deve se submeter a obrigações e objetivos, que num primeiro momento, podem parecer contraditórias. (UNESCO, 1999).

Essas obrigações e objetivos se referem ao fato de que ao mesmo tempo em que a educação deve transmitir, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer adaptados à cognição, também deve, simultaneamente, encontrar e assimilar referências que impeçam as pessoas de ficarem submergidas em uma grande quantidade de informações, muitas vezes até mesmo efêmeras. (DELORS, 2003)

No contexto de saber-fazer, orientar o processo educacional apenas para o desenvolvimento cognitivo já, por definição, não é mais suficiente uma vez que essa orientação é caracterizada apenas quantitativamente por estar relacionada à quantidade de informação disponível.

Essa mudança de orientação para quantitativa e qualitativa deve ser estruturada em torno de quatro referenciais fundamentais.

Esses referenciais, que deram origem ao documento “Quatro Pilares da Educação para o Século XXI”, estão focado na necessidade de desenvolver, no educando, uma autonomia de aprendizado e uma competência para que ele consiga “aprender para toda vida”.

Segundo relatório da UNESCO (1999) a educação deve organizar-se em torno do: **aprender a conhecer**: aprender a aprender e a beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo de toda a vida; **aprender a fazer**: adquirir, não somente uma qualificação profissional, mas, de uma maneira mais ampla, competências que tornem a pessoa apta a enfrentar numerosas situações, a trabalhar em equipe e também aprender a fazer, no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho; **aprender a viver juntos**: realizar projetos comuns e preparar para gerir conflitos - no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz a partir do desenvolvimento da compreensão do outro e da percepção das interdependências; **aprender a ser**: agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal para melhor desenvolver a sua personalidade. Para isso, não negligenciar, na educação, nenhuma das potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se. Essa última integra as precedentes. (UNESCO, 1999).

É claro que estas quatro diretrizes do saber constituem apenas uma - o de oferecer a melhor educação possível que a sociedade necessita ter - dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta. (DELORS, 2003).

Cada um dos “quatro pilares do conhecimento” deve ser objeto de atenção igual, a fim de que a educação apareça como uma experiência individual global a levar a cabo ao longo de toda a vida, no plano cognitivo e no de desenvolvimento de competências.

Essa perspectiva de aprender sempre deve inspirar e orientar as reformas educativas integradas, tanto em nível da elaboração de atividades educacionais como da definição de novas políticas pedagógicas. (DELORS, 2003).

O preceito da educação relacionado no relatório da comissão da UNESCO não faz menção sobre a modalidade de educação que poder ser utilizada para alcançar tais objetivos porque, independente da modalidade, a qualidade e não apenas a quantidade de oferta deve ser observada e garantida.

2. Modalidades de Educação

Existe hoje, definida pela LDB, segundo NISKIER (1997) e DIB (1992) três modalidades de ensino: presencial, semipresencial e a distância.

Todas as modalidades devem ter como objetivo principal a efetivação do processo de aprendizagem do educando e sua formação como um todo – competência cognitiva e competência social/afetiva.

O relatório informa as diretrizes a seguir para a efetiva educação do ser humano relacionado ao conceito de cidadania e não realiza nenhuma distinção entre as modalidades de educação existente.

A modalidade de educação denominada presencial fundamenta-se em um modelo sistemático e organizado de ensino. Esse modelo é estruturado e administrado segundo determinadas leis e normas. Apresenta um currículo relativamente rígido em termos de objetivo, conteúdo programático e metodologia, e é caracterizado por um processo contínuo de ensino que envolve o tripé professor/ educando/escola (DIB, 1984).

Nessa modalidade as disponibilidades de tempo, de espaço e da presença do educador são interdependentes. O processo somente ocorre se todas essas variáveis estiverem presentes e forem satisfeitas simultaneamente para o cumprimento de cronogramas de conteúdos pré-estabelecidos.

Nesse modelo observa-se que o ensino, de um modo geral, é orientado para o conteúdo e não na aprendizagem e onde, a ineficiência do processo é, em muitos momentos, colocado como responsabilidade dos educandos e não do educando ou dos métodos utilizados por ele (DIB, 1994).

Em outros modelos denominados semipresencial ou a distância não há uma estruturação e organização bem definida como há na presencial. Nesses modelos há larga variedade de situações educativas, caracterizada pela supressão de uma ou mais variáveis que caracteriza o ensino presencial (tempo, espaço, presencialidade, conteúdo e cronograma rígido, etc.) ou da inserção de currículos e metodologias flexíveis. (DIB,1984).

A metodologia flexível possibilita ao educador rever sua estrutura de ensino a favor da aprendizagem e coloca os educandos como co-responsáveis pela qualidade do processo educacional ao qual estão inseridos.

No modelo presencial, o educador é o grande responsável pela transmissão do conteúdo e nos outros este deverá ser transmitido por outros meios, métodos e ter uma estruturação diferenciada que possibilite a auto-aprendizagem individual e coletiva e/ou colaborativa.

Na modalidade de Educação a Distância os conceitos de tempo e espaço são alterados e são reconhecidos como variáveis não pré-fixadas.

O conceito de simultaneidade das variáveis presentes no ensino presencial é alterado oferecendo uma nova possibilidade para a adequação do processo educacional às necessidades mercadológicas adequando o tripé educando/ escola/educador para educando/sociedade.

2.1 Legislação e a EAD

A modalidade de educação a distância foi definida e contextualizada nas Leis de Diretrizes e Bases (LDB), reformuladas em 1996. A LDB expressa a política e o planejamento educacional do país (NISKIER, 1997).

Essas diretrizes são embasadas na [Constituição Federal](#), cujo Art. 206 define que o ensino será ministrado com base em princípios bem definidos e regulamentados (MEC, 2003).

A finalidade da LDB é ajustar os princípios enunciados no texto constitucional para a sua aplicação a situações reais educacionais tanto na formação de professores quanto no funcionamento do processo educacional do país em todos os níveis (fundamenta, básico, médio, superior e pós-graduação).

A “Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” , Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pelo Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 (publicado no D.O.U. DE 11/02/98), define que a educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação (MEC, 2003).

Os meios de comunicação são os responsáveis pela alteração do conceito de presencialidade do educador (presença física), assim como sua responsabilidade do “ensinar”.

Constantemente, questiona-se quem pode oferecer cursos, disciplinas nessa modalidade e as respostas estão diretamente ligadas a “intenção” da instituição em oferecer cursos de curta duração (extensão), de longa e média duração (graduação e pós-graduação) ou apenas disciplinas ou parte de disciplinas na modalidade EAD.

Para cursos de extensão, uma vez que a certificação é livre, não há legislação específica.

Para cursos de pós-graduação e graduação, na modalidade a distância, a Lei 9.394/96(LDB), do Decreto 2.494/98 e da Portaria MEC Nº 301/98 informa que tanto as instituições públicas ou privadas podem oferecer, desde que legalmente credenciadas para o ensino superior a distância, através de parecer do Conselho Nacional de Educação e homologado pelo Ministro da Educação por meio de Portaria publicada no Diário Oficial.

Esse credenciamento é realizado por uma comissão formada por especialistas da área e é realizada *in loco* a partir da análise de documentos e infra-estrutura administrativa (instituição), curso (parte pedagógica) e instrumentos (tecnologia e material didático).

Há uma outra possibilidades para instituições que estejam interessadas em implementar a modalidade EAD, que é o oferecimento de parte da carga horária dos cursos já reconhecidos pelo MEC, a distância.

A Portaria 2.253 de 18/10/2001 autoriza as Instituições do Sistema Federal de Ensino a introduzir, na sua organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas que, em seu todo ou parte, utilizem método não presenciais, na qual a porcentagem permitida não pode exceder 20% do total da carga horária do curso em questão.

Essa mesma portaria cria normas para que o processo seja gerenciado dentro da instituição e para que a SESu e MEC tenham informações sobre a implantação dessa portaria. São elas:

a) IES credenciadas como universidades ou centro universitários ficam autorizadas a alterar o projeto pedagógico de cada curso superior reconhecido para oferta de disciplinas que em todo ou em parte utilizem métodos não presenciais

b) Os exames finais de todas disciplinas/cursos que optarem por essa modalidade deverão ser presenciais

c) Os cursos de graduação reconhecidos podem implementar até 20% da carga total do curso na modalidade não presencial. Essa porcentagem pode ser atingida mediante a implementação de disciplinas “100%” na modalidade EAD ou porcentagens de algumas disciplinas. O importante é não exceder a porcentagem permitida. Ou seja, num curso de graduação com carga horária de 3.000 horas/atividades, 600 horas/atividades podem ser trabalhadas nessa modalidade.

É importância salientar que essa modalidade só é possível por meio da utilização de instrumentos que possibilitem a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados e utilizados de forma integrada aos meios de comunicação (correio, telefone, fax, internet, etc.).

A EAD utiliza-se da tecnologia disponível, mas para que a modalidade a distância atinja seus objetivos é necessário que as instituições interessadas em trabalhar com essa modalidade, comecem a repensar os modelos pedagógico existente e vigente dentro de novo contexto de demanda, oferta e de tecnologia disponível.

A Portaria 2.2253, ao solicitar a atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação para efetivar a implementação da modalidade EAD tem a intenção de provocar uma revisão do processo de formação do aluno como um todo dentro desse novo contexto de tecnologia e formas de aprendizagem e ensino.

Segundo MORAN (2002), rever os processos pedagógicos implica em reavaliar e adaptar-se aos novos e sofisticados processos de interação que as novas tecnologia da informação possibilitam a partir da criação de ambientes de aprendizagem e comunidades virtuais, eliminando barreiras de tempo e distância.

Segundo MASON(2004) ilude-se quem acha que a mola propulsora da estratégia da modalidade de ensino a distância são as tecnologias. A tecnologia e especificamente a Internet, enquanto instrumento, oferece uma grande possibilidade de interação e de realização de atividades, mas não se deve concentrar-se demasiadamente na tecnologia em si, pois, a maneira pela qual é utilizada dentro do processo de ensino, poderá direcionar a obter resultados insatisfatórios, por isso que rever o processo pedagógico de formação do aluno de graduação, assim como as novas formas de aprender e ensinar se faz necessário.

Como o sucesso da modalidade a distância depende de uma série de fatores e dentre elas a perfeita assimilação de alguns processos presenciais de ensino a distância é interessante conhecer o processo histórico envolvido nessa modalidade além de algumas teorias sobre o processo de Ensino e Aprendizagem.

3. Pontos importantes para a implantação da modalidade EAD

Muitas questões relacionadas a educação a distância devem ser cuidadosamente averiguadas. Algumas são institucionais, outras pedagógica e outras individuais (alunos e professores).

Segundo Raabe (2000), MELO (2004) e MARCHETI (2003), algumas das questões mais importantes para a implantação começam a serem analisadas bem antes da estruturação ou re-estruturação do projeto pedagógico do curso.

Dentre elas podem ser citados:

- Ter claro o tipo de projeto que deseja implantar ↯ se será um Programa, Curso, Disciplina, 20% de uma disciplina, treinamento, atividade complementar, etc.
- Ter claro os objetivos parciais e finais a serem alcançados
- Demanda à necessidade ↯ se há uma necessidade mercadológica ou apenas uma “vontade e iniciativa” de alguns
- Público alvo bem definido ↯ para definir o público é necessário avaliar os parâmetros da realidade que a instituição se enquadra, o Projeto Educativo Institucional e a Viabilidade política interna.

Analisada a viabilidade política e institucional começa-se a analisar as questões diretamente envolvidas com o pedagógico da iniciativa

que podem ser agrupadas em:

- Quantas horas de duração terá o projeto definido no momento anterior
- Desse total de horas, como será dividida a dedicação em semanas

Por exemplo, um curso de 60 horas poderá ter duração de 6 semanas/unidades sendo necessária a dedicação de 10 horas por semana dos alunos inscritos.

Dentro dessa divisão de carga-horária deve ser descrito, de forma coerente e concisa, qual o objetivo principal de cada unidade/semana para que o aluno consiga ficar atento para os objetivos de aprendizagem proposta.

A escolha adequada da forma de comunicação é determinante na busca dos objetivos de uma atividade de aprendizagem. Para isso, devem ser conhecidos os recursos e as características específicas de cada um deles, permitindo identificar o potencial dos mesmos e sua aplicação.

As atividades de aprendizagem tornam-se mais atreladas à leitura do que a oralidade. Com isso, a organização dos textos básicos e complementares aos cursos deve considerar a situação de ausência do professor. A utilização dos mesmos textos usados em sala de aula pode se tornar inadequados.

Dada a facilidade de acesso aos textos, em um curso da modalidade EAD, desaparece a necessidade de qualquer forma de transmissão de informações. Com isso, torna-se adequada a adoção de uma postura voltada a proposição de problemas e orientação no desenvolvimento das soluções.

Com essas informações o aluno tende a gerenciar o seu próprio processo de aprendizagem elegendo horários, o ritmo e a seqüência de exploração do material.

É necessário a adoção de posturas voltadas à cooperação. Os recursos tecnológicos de apoio ao ensino, por si só não promovem mudanças, a forma como são utilizados e que pode provocá-las. A Internet possibilita a aprendizagem pela colaboração, os alunos dos cursos estarão imersos num novo ambiente mediado por uma tecnologia que passa a possibilitar o estabelecimento de interações em tempo real desenvolvendo várias conexões internas e externas.

Pierre Lévy (1998), relata que sistemas cognitivos mudam de estado em função das unidades às quais estão conectadas. Todas as transformações na rede têm, portanto, causas locais e os efeitos se propagam pelas proximidades. Em particular, as conexões que seriam mais freqüentemente percorridas pelo processo de desestabilização/ estabilização mudariam as configurações do indivíduo e da própria rede permanentemente.

Muitas das questões acima citadas derivam-se das características dos alunos a distância, cujos anseios e objetivos devem ser completamente diferentes dos alunos tradicionais.

Segundo MELO (2004) e MARCHETTI (2003) o papel preliminar do estudante é aprender.

Sob as melhores circunstâncias, esta desafiante tarefa requer motivação, planejamento e habilidade para analisar e aplicar a informação que está sendo ensinada.

Em EAD, o processo de aprendizado do estudante é mais complexo por diversas razões que podem ser agrupadas em:

A) Anseios e Intenções ↯ os indivíduos têm uma ou muitas razões para buscar o ensino a distância: falta de tempo, distância e finanças, a oportunidade de fazer cursos, e a possibilidade de entrar em contato com outros estudantes de diferentes classes sociais, culturais, econômicas e experimentais. Como consequência eles ganham não só conhecimento, mas também novas habilidades sociais, incluindo a habilidade de comunicar e colaborar com colegas distantes, quem eles podem nunca ter visto. MELO(2004).

Os estudantes a distância têm uma variedade de razões para fazer um curso que vai desde a necessidade de obtenção de um grau até a atualização dos conhecimentos, fatores que são considerados fundamentais para o desenvolvimento de aprendizagens significativas, pois parte de uma necessidade real do indivíduo.

B) Estilos e Ritmos de Aprendizagem ↯ que pode ser cooperativo, competitivo, ou individualizado. Muitos projetos de educação a distância incorporam aprendizado cooperativo, projetos colaborativos, e interatividade entre grupos de alunos e entre (*sites*). Deve-se ficar atento que nem todo mundo aprende da mesma maneira.

Segundo FELDER (1996), pessoas aprendem de diferentes maneiras: vendo, ouvindo, interagindo, refletindo, de forma lógica, intuitiva, memorizando, visualizando, por analogias, criando modelos pessoais, etc..

Ao considerar que quem ensina também é um aprendiz há, na mesma concepção do parágrafo anterior, educadores que possuem diferentes preferências em relação aos seus métodos de ensino o que pode acarretar em uma dissonância entre o método de ensinar e o método de aprender. Essa dicotomia pode ser evidenciada pelo fato de que nem tudo que é ensinado pelo educador é aprendido e apreendido pelo educando. Na educação a distância inúmeros estudos devem ser realizados nesse sentido, antes da sua implantação, pois considerar os estilos de ensino e aprendizagem assim como os conteúdos a serem trabalhados que são fatores fundamentais para o sucesso dessa iniciativa.

Diferentes conteúdos possuem características próprias de abordagem e essa flexibilidade deve ser utilizada a favor do processo de educação a distância que permite que, ao abordar de formas e níveis diferentes o mesmo conteúdo, que diferentes estilos de aprendizagem sejam satisfeitos garantindo a efetividade do processo educacional.

C) Administração de tempo de estudo ↯ uma das grandes dificuldades é descobrir o ritmo de estudo e a forma como administrar o tempo para que a aprendizagem ocorra de forma organizada e disciplinada. Essa característica propicia o desenvolvimento da autonomia do aprendiz.

D) Suporte ao Aluno ↯ uma vez que cada indivíduo possui além da sua preferência e ritmos de aprendizagem diferentes, definir e delimitar o suporte ao aluno é uma das principais características de sucesso dessa modalidade.

E) Avaliação da aprendizagem ↯ esse é um tema polêmico, mas uma vez que alunos possuem ritmos de aprendizagens diferentes, a forma e a periodicidade de avaliação é fundamental para o sucesso da iniciativa.

Evidentemente essas não são as únicas características que devem ser observadas, mas ao começar a pensar na implantação esses são alguns pontos cruciais que deverão direcionar as discussões sobre como implementar a modalidade EAD dentro da realidade institucional de cada um.

Conclusão

Uma proposta de reflexão sobre o tema da Educação a Distância, no Brasil, inscreve-se na responsabilidade de influir na construção coletiva da educação que precisamos e queremos, onde os princípios fixados no Artigo 206 da Constituição Brasileira agregado às diretrizes da Unesco.

A EAD é, por todos os títulos e modos, a mesma educação de que sempre foi tratada e concebida como direito preliminar de cidadania, dever prioritário do Estado Democrático, política pública básica e obrigatória para ação de qualquer nível de governo, conteúdo e forma do exercício profissional de educadores.

A Educação a Distância sempre deverá ser considerada no contexto da Educação e, portanto, como a Educação, necessariamente vinculada ao contexto histórico, político e social em que se realiza como prática social de natureza cultural.

Qualquer análise mais profunda da relação pedagógica vai mostrar que sua vivência se completa em um projeto de transformação e participação. Um projeto que, em verdade são dois: o do educando e o do educador. E que se articulam em um projeto comum no contexto de uma sociedade, onde se objetiva, toma formas concretas, precisas e sucessivas.

É neste sentido que projetos relacionados a modalidade EAD não tende, apenas, para um futuro individual (institucional), mas se dirige, também e principalmente para um futuro da sociedade, ou seja, esse projeto é coletivo e são fundamentados numa educação de realização, de “fazer a diferença”.

A EAD, portanto, como estratégia de ampliação das possibilidades de educação de uma instituição deve aprofundar o compromisso do Projeto Pedagógico com projeto histórico, político e cultural da sociedade na qual está inserida.

Ao rever o projeto pedagógico para implantação da modalidade EAD percebe-se que ela não pode ser concebida, apenas, como um sucedâneo da educação presencial e sua função social não se restringe a promover a ampliação do número dos que têm acesso à educação.

É, sobretudo, como instrumento de qualificação do processo pedagógico e do serviço educacional, que a EAD traz uma fundamental contribuição.

Segundo MELO (2004) bastam duas menções para confirmar esta afirmação. Sua utilização para a capacitação e atualização dos profissionais da educação e a formação e especialização em novas ocupações e profissões.

Esta, sem dúvida, foi uma das mais ponderáveis razões do crescimento desta modalidade de ensino nos níveis médio e superior. Além disso, a EAD, por suas próprias características, se constitui em canal privilegiado de interação com as manifestações do desenvolvimento científico e tecnológico no campo das comunicações, mas precisa concretamente realizar-se como uma prática social significativa e conseqüente em relação aos princípios filosóficos de qualquer projeto pedagógico: a busca da autonomia, o respeito à liberdade e à razão. MEC (2004).

BIBLIOGRAFIA

DELORS, J. (2003) Disponível em <<http://infoutil.org/4pilares/text-cont/delors-pilares.htm>> Acesso e: 28 set.

DIB, C.Z. (1984) *Tecnologia da Educação e suas aplicações à aprendizagem de física*. São Paulo: Enio Matheus & Cia Ltda.

FELDER, R. (1996) *Matters of Style*. ASEE PRISM. p.18-23. DEC.

LÉVY, P. (1998), *As Árvores do Conhecimento*. Rio de Janeiro: 34.

MARCHETI, A.P.C. (2003) Se o seu professor sumiu – procure-o na rede. *Revistas Claretiana*. n.3, p. 68-75.

MEC, (2003). Disponível em <http://www.mec.gov.br/seed/tvescola/regulamentacaoEAD.shtm>> Acesso em: 19 set.

MELO, R N. *Introdução a Educação a Distância*. Tutorial Sobre Educação a Distância. Cordenção de Educação a Distância – PUC – RJ. Disponível em: www.cead.puc.rio.br Acesso em 22 jan. 2004

NISKIER, A. (1997). *LDB A Nova Lei da Educação*. São Paulo: Edições Consultor.

RAABE, A.; GIRAFFA, L.M (2000), *Ambiente para Construção de Materiais Instrucionais Apoiados por Vídeo*. Disponível em www.sbc.org.br, acesso em 15 jan..

UNESCO, (1999) *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez. p.89-102.

E-Learnig: Some contribution and directions

RESUMO

Much has been questioned about e-learning as determinative factor for the socialization of knowledge but very little eit has been argued on the form of implantation of this modality with quality as well as the pedagogical implications of the process. The e-learning model requires careful evaluations on the objective educational involved, as well as the existing institucional lines of direction. The process is initiated from an understanding of the existing differences in the process of teach and learning between the presencial modality and e-learnig. To implant some course in a e-learning model originate reflections and requires a knowledge and joint effort of institution and professors as well as an analysis well-taken care of on the main and secondary objectives related the formation of the pupils who will participate of the initiative. The present article has the objective to clarify some of the existing procedures for the implantation of a course or one discipline in the e-learning modality.

Palavra chave: E-learning, teaching modality, learning process.